

RIBEIRO, Oliveira

*magistrado; dep. geral MG 1886-1889; min. STF 1903-1917.

Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro nasceu em Laranjeiras, na província de Sergipe, no dia 8 de setembro de 1851, filho de Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro e de Maria Benta Freitas de Oliveira Ribeiro.

Após concluir o curso de humanidades no Colégio São João, tradicional estabelecimento de ensino de Salvador, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife e aí obteve em 1871 o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. No ano seguinte iniciou a carreira na magistratura, ao ser nomeado promotor público de sua comarca natal. Logo depois foi nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Cristina, na província de Minas Gerais. Aí permaneceu pouco tempo, já que ainda em 1872 foi eleito e em 1874 reeleito para a Assembleia Provincial mineira. De volta à magistratura em 1875, reassumiu as funções de juiz municipal até ser nomeado, em 1877, juiz de direito na mesma comarca de Cristina. Foi novamente deputado provincial de 1878 a 1879 e, como não foi aproveitado em nova judicatura, exerceu a advocacia e o jornalismo e assumiu ainda a segunda vice-presidência da província em 1885. Já figura destacada no panorama político local, foi eleito deputado geral por Minas Gerais na legislatura 1886-1889.

Instaurado o regime republicano, o governo provisório determinou sua aposentadoria na magistratura, mas para nomeá-lo chefe de polícia da capital federal, em abril de 1891. Exonerou-se do cargo por ocasião da renúncia de Deodoro da Fonseca à presidência da República em novembro do mesmo ano. Ainda em 1891 foi nomeado procurador-geral do estado de São Paulo e, em 1892, juiz da Corte de Apelação do estado, tribunal de segunda instância sucessor da antiga Relação.

Em outubro de 1903 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, na primeira nomeação feita pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906) para o STF. Foi procurador-geral da República, por nomeação, de outubro de 1905 a dezembro de 1909, designado por Afonso Pena (1906-1909), sucessor de Rodrigues Alves. No STF, foi relator do processo de

habeas corpus impetrado por intendentes do Distrito Federal contra ato do governo Nilo Peçanha (1909-1910) que determinava a extinção do Conselho Municipal, e julgou favoravelmente ao pedido dos intendentes, tornando sem efeito o ato da presidência da República. Foi ainda, em 1913, relator da ação criminal em que era réu o juiz estado do Paraná que se recusou fazer cumprir a deliberação do STF de que o estado respeitasse as fronteiras com o vizinho Santa Catarina no início da Guerra do Contestado.

Faleceu no de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 29 de junho de 1917, no exercício de suas funções no STF.

Foi casado com Elisa Delfina de Oliveira Ribeiro.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>> .